



O que significa um segundo mandato de Donald Trump para o agronegócio brasileiro?

5/12/2024
ANO 5

Boletim nº 68 Análise da equipe de especialistas

Um segundo mandato presidencial de Donald Trump, por não ser novidade, deveria ser mais previsível, contudo, um panorama mundial totalmente diferente do mandato anterior muda completamente o cenário. Para entender melhor o que podemos esperar, em especial, o agronegócio brasileiro, recorremos ao **Prof. Daniel Vargas**, doutor em direito pela Universidade de Harvard e professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Foi feito um esforço para que as perguntas cobrissem uma gama de tópicos relevantes para permitir uma análise abrangente das implicações da vitória de Trump para o Brasil. O resultado foi uma longa entrevista, com uma visão “de copo meio cheio”, mas com importantes informações, como a garantia de abastecimento como uma nova “moeda” nas negociações com importadores e a necessidade do agro brasileiro se reinventar sempre. Elas ajudam a entender o momento e jogam luz nos caminhos a percorrer nos próximos quatro anos da nova administração norte-americana.

1. Tendência de Polarização Global:

- A eleição de Donald Trump para um novo mandato de 2025-2029 mantém a tendência de polarização que observamos globalmente neste início de século. Quais seriam os motivos que dão força a esta tendência?

Eu acho que nós estamos vivendo um momento de transição na maneira como compreendemos os projetos de desenvolvimento dos países.

Nos últimos anos, tornou-se cada vez mais influente no Ocidente um projeto de futuro baseado em duas perspectivas. A primeira, culturalista, que destaca a importância de se pensar em iniciativas que fortaleçam a posição relativa de grupos identitários, fragilizados ou menosprezados. A segunda, ambientalista, que ressalta a valorização dos bens públicos ambientais. Embora diferentes, as duas perspectivas compartilham um elemento em comum: a desconfiança do mercado. O futuro dos países, segue o raciocínio, estaria em mudar a maneira como a economia se organiza, via intervenção ou regulação externa.

Um dos efeitos desta proposta de transformação da economia foi impor um custo no mercado, que impacta a competitividade das empresas e a qualidade de vida das pessoas. Esta proposta traz consigo um ônus econômico significativo, em nome da correção da própria economia. Com o passar do tempo, avança a percepção de que este ônus começou a ser pago, em grande medida, pela maioria da população, com custos cada vez mais elevados da energia e do alimento.

O que parecia um projeto de futuro vira o próprio alvo da disputa política. Nos Estados Unidos, a eleição do presidente Trump é uma tentativa de romper com as perspectivas culturalista e ambientalista e incorporar a expectativa de uma maioria descontente, fortalecendo a capacidade competitiva da indústria americana e barateando o custo de vida das pessoas.





Se ele vai conseguir fazer isso, ou de que maneira ele espera fazer isso, é parte do debate. Mas me parece que aqui está um ponto central para a gente entender o momento político em que a gente se encontra.

2. Isolacionismo e Protecionismo:

- Durante seu primeiro mandato, Trump adotou políticas isolacionistas e protecionistas. Com a promessa de intensificar essas medidas, especialmente no que tange ao aumento de tarifas de importação. Até que ponto ele conseguirá implementar essas políticas sem enfrentar resistência interna devido ao aumento de custos para os consumidores americanos e possíveis retaliações de parceiros comerciais?

No primeiro mandato, Trump apresentou o script de como ele espera resgatar essa competitividade e esse projeto produtivo americano. Ele fez isso, como nós sabemos, estabelecendo um conjunto de restrições com políticas tarifárias impostas em particular sobre a China. E o que aconteceu naquele momento foi que, naturalmente, a China reagiu. E essa reação chinesa veio com restrições à importação de alimentos, em particular da soja norte-americana.

Dois efeitos se sentiram naquele momento na política americana. O primeiro foi uma elevação de custos e um prejuízo para produtores rurais, que agora, inclusive, estão na base de apoio do Trump. E o segundo foi uma guerra comercial com a China que, por sua vez, abriu algumas oportunidades para o Brasil. O país se beneficiou, expandindo a sua exportação, em particular, de grãos para a China e passando, inclusive, os Estados Unidos como principal fornecedor de soja para o mercado chinês.

Esse script foi apresentado por Trump no início do seu primeiro mandato. Agora, ele promete não apenas restabelecê-lo, mas aprofundá-lo, estabelecendo uma tarifa de corte de 10% a 20% para todos os produtos que entram nos Estados Unidos, e uma tarifa especial para os produtos chineses, que poderiam chegar até 60%.

Eu creio, no entanto, que existem algumas diferenças do cenário agora. O primeiro deles é que não está claro se a China reagirá imediatamente com a mesma força. Há uma percepção, em parte da política chinesa, de que essa política do Trump pode não se sustentar por muito tempo, justamente em função do potencial custo inflacionário para a economia americana. Sendo assim, talvez a política chinesa possa ser cautelosa no primeiro momento.

Por outro lado, nós sabemos que há uma preocupação nos Estados Unidos com a própria situação dos produtores americanos, que são, inclusive, uma base de apoio forte de Trump. Para remediar eventuais impactos dessa política, Trump tem indicado, inclusive, a possibilidade de criar subsídios e outros apoios especiais àqueles que sejam afetados por essa política tarifária e por uma eventual guerra comercial com a China.

Como exatamente isso vai se orquestrar, a gente pode, no máximo, agora, fazer conjecturas. Mas a tendência, por um lado, é que, sim, a política nacionalista de Trump abra espaço para a expansão de exportação brasileira e, sobretudo, para a China. Não apenas de soja, que já ocupa espaço significativo e desperta preocupações com a dependência do Brasil, mas, quem sabe, de outros produtos, como o próprio milho e a carne.

Ao mesmo tempo, essa guerra comercial também gera incertezas. E as incertezas são precificadas e reincorporadas na economia. Parte dos investimentos externos pode acabar buscando mercados que tenham taxas mais favoráveis ou sejam mais estáveis. O dinheiro tende a fugir de países emergentes e buscar economias maiores, como o próprio dos Estados Unidos. Esse fluxo de capitais regressando aos Estados Unidos também pode significar um impacto sobre a capacidade de investimento produtivo nacional.





Então, vamos ver de que maneira esse jogo geopolítico-econômico vai se orquestrar. Por um lado, eu vejo que há, sim, uma tendência do agro brasileiro se beneficiar no curto prazo. Talvez não de forma tão intensa como no primeiro mandato do Trump. Mas, por outro lado, uma tensão comercial dessa envergadura vai também provocar preocupações e incertezas no mercado que sempre geram instabilidades e potenciais prejuízos para economias emergentes.

- Mas, se a política de Trump impactar negativamente a China, uma vez ela sendo um parceiro comercial importador tão importante do Brasil, qual o risco disso levar a um desarranjo e o Brasil ser prejudicado, por exemplo, por uma menor capacidade da China importar produtos?

Eu creio que esse é um jogo de vários movimentos em sequência. É muito difícil prever os gestos de médio ou de longo prazo. No curto prazo, a tendência de todos os países, quando uma tensão geopolítica se acentua, é em preservar as duas fontes fundamentais para sua estabilidade e sobrevivência, que são o alimento e a energia.

É curioso que justamente as políticas do Trump esperam fortalecer a capacidade competitiva da economia americana barateando os preços da energia e, por sua vez, também, de certo modo, garantindo o alimento barato para a população. A grande questão é se ele será capaz de conseguir baratear essas duas bases para a economia americana com suas políticas.

Do ponto de vista da China, eu creio que a tendência, no curto prazo, é de a China fortalecer os laços com países fornecedores de alimento que reduzam a sua dependência da importação americana. Então, naquilo em que o projeto americano impactar o consumo e a produção chinesa, ela buscará saídas de segurança e o Brasil é uma delas. Então, não me parece que, no curto prazo, os eventuais impactos dessa política americana sobre a China vão reduzir a importação de alimentos pelos chineses.

3. Impacto de uma Guerra Comercial:

- Considerando que o Brasil tem a China e os EUA como principais parceiros comerciais, como uma possível escalada de guerra comercial entre esses dois países poderia impactar a economia brasileira? O que o governo brasileiro pode fazer para mitigar os efeitos negativos de um agravamento dessa disputa? O fato do atual governo ser menos alinhado ao Trumpismo, causa algum risco para o Brasil?

Tem um aspecto dessa disputa entre Estados Unidos e China que talvez não tenha sido ainda adequadamente compreendido. Parte da tensão geopolítica entre Estados Unidos e China é uma tensão econômica, mas é também, cada vez mais, uma tensão cultural. Os países estão tentando, de certo modo, dividir o mundo entre amigos e inimigos. E amigos são aqueles que se encaixam nas dinâmicas produtivas de desenvolvimento de cada país, fornecendo produtos e comprando bens de lado a lado. Mas também são, especialmente para os Estados Unidos, aqueles que compartilham uma afinidade de valores e ideias na base da visão americana de democracia e liberdade.

Nesse ambiente, o Brasil se encontra, de certo modo, dividido. Por um lado, nós temos hoje na China o nosso principal aliado econômico, principal comprador dos bens brasileiros. Por outro lado, nós somos um país pautado por ideias e por valores ocidentais. O grande desafio do Brasil, nesse embate, é saber navegar entre esses dois campos.

A tradição diplomática brasileira tem sido sábia em adotar uma postura pragmática de não alinhamento incondicional a qualquer grande projeto global e de explorar justamente as lacunas dessas tensões como oportunidades para investimentos e produção entre nós. Agora, talvez, essa tarefa será, ao mesmo tempo, mais importante e mais desafiadora do que nunca. Porque não está claro em que medida os Estados Unidos vão aceitar uma aproximação econômica cada vez maior do Brasil com a China, por exemplo, caso o Brasil eventualmente ingresse na “Rota da Seda”.





Por outro lado, não parece inteligente para o Brasil virar as costas ou ignorar a relação econômica que nós construímos com o mundo asiático, em particular com a China, e o valor que isso teve e tem no desenvolvimento de grande parte do interior do Brasil. Então, a tarefa aqui vai ser de o país aprender a jogar um jogo diplomático e geopolítico de altíssima sensibilidade explorando os espaços nessas tensões econômicas e culturais como oportunidade para o Brasil se projetar como um parceiro e um aliado que, ao mesmo tempo, avança e desenvolve os seus interesses.

4. Perspectivas para a Agropecuária Brasileira:

- Especificamente para o setor agropecuário brasileiro, quais são as expectativas diante de um novo mandato de Trump? Qual seria a melhor estratégia para o Brasil reagir a possíveis mudanças no cenário internacional?

Na base da vitória de Trump está um ceticismo com os padrões globais de reorganização do comércio, com base em exigências de sustentabilidade, que impõem custos excessivos à produção. Como mencionei, Trump entende que a “sustentabilidade” ameaça a capacidade econômica do seu país, gerando inflação de preços e outros problemas para a economia. Então, um dos efeitos dessa percepção é de colocar em xeque uma trajetória de discussão comercial que tem se popularizado no mundo, que quer reorientar o comércio, segundo exigências ambientais cada vez mais robustas, estabelecendo métricas, parâmetros e metodologias com base na perspectiva de um ou de outro país.

O efeito da administração de Trump será fragilizar esses esforços globais de rediscussão do comércio à luz de expectativas ambientais. Os Estados Unidos resistirão à imposição de parâmetros, de critérios ambientais que, na visão deles, funcionam como uma espécie de restrição não tarifária à sua produção. Ao fazer isso, por um lado, se reduz o ambiente de apoio à agenda internacional que coloca a sustentabilidade como uma prioridade no comércio e, por outro lado, se acentua o debate sobre de que maneira a sustentabilidade deve participar dessa agenda econômica global.

Eu prevejo uma espécie de competição geopolítica em torno de parâmetros globais do que se caracteriza uma produção sustentável. Nós temos visto na Europa, nos Estados Unidos, na Ásia, tentativas de dominar essa conversa, cada país buscando colocar o perfil da sua produção como parâmetro para os demais. Nos Estados Unidos, hoje, por exemplo, existem quatro projetos de lei tramitando no Congresso americano, cujo objetivo é fixar parâmetros de precificação do carbono americanos como critérios globais. Claro que, ao fazer isso, o que se busca, por um lado, é proteger a sua economia, mas, por outro lado, também influenciar o arranjo global.

Do ponto de vista do Brasil, dois efeitos devem surgir daqui. O primeiro deles é fragilizar o roteiro europeu como critério global, por definição, para se reorganizar práticas produtivas à luz da sustentabilidade. O segundo é uma oportunidade para o Brasil também trabalhar e revelar ao mundo que a maneira como nós produzimos alimentos, com base em nossa realidade tropical, é sustentável e carrega vantagens econômicas e ambientais que outros países não têm.

Então, o que eu espero é que o Brasil aproveite esse cenário para projetar o perfil da sua produção e os critérios segundo os quais nós organizamos, garantimos a segurança alimentar e a preservação ambiental como uma referência para boa parte do planeta.

5. *Acordos Comerciais e Competitividade:*

- A posição de Trump contrária aos acordos multilaterais pode influenciar a posição do Brasil em negociações comerciais internacionais? Isso, de alguma forma, pode colocar em risco nossa competitividade no mercado global de commodities agrícolas?

Eu acho que nós vamos assistir, nos próximos anos, a um refluxo sensível do multilateralismo e, no seu lugar, nós também vamos assistir a uma expansão das negociações e acordos bilaterais.





Esses acordos, no entanto, não me parece que serão apenas acordos que terão por objetivo uma garantia de preço ou de qualidade, como no passado. Serão acordos cujo intuito será também assegurar a segurança da provisão dos bens.

Qual é a mudança? Nós estamos acostumados a olhar para o comércio internacional e para as parcerias entre os países, segundo a calculadora do mercado, que é movida pelo preço. Mas o que está em jogo aqui não é exatamente uma negociação sobre preço e expressão de qualidade em preço, mas em segurança alimentar ou segurança estratégica. Em momento de tensão, tão ou mais importante do que um produto barato e de qualidade é a certeza de que o país será desabastecido. Esta calculadora da “segurança estratégica” funciona de modo particular. O que significa que os países estarão dispostos a celebrar acordos que talvez não sejam aqueles que me forneçam o bem mais barato ou melhor, mas que me garantam que o ano que vem eu não vou passar fome.

A certeza da entrega do alimento, por sua vez, exigirá dos países negociações com características diversas, muitas vezes chamadas de parcerias estratégicas ou alianças de afinidade. Neste jogo, o Brasil deverá ser capaz de vender o agro não só como setor alta qualidade, mas também como setor estável e seguro, que faz parte de um país pacífico, avesso a guerras, parte de um continente estável, que convive com condições ímpares de produção para atender às demandas globais. É como se nós disséssemos: “aconteça o que acontecer com as tensões e com as guerras lá fora, nós vamos botar o alimento na sua mesa”.

Apresentar esse diferencial ao mundo exigirá também uma habilidade diplomática diversa, porque esse tipo de negociação não é só uma negociação, como eu disse, de quantidades ou de qualidades, mas é uma negociação de padrões, de critérios, conforme se produz e conforme se fornece. E aqui eu acho que talvez seja o desafio, mas também a oportunidade do Brasil nos próximos anos, de se projetar no mundo por meio de acordos como vários que nós já fazemos, mas de também tornar esses acordos uma porta para a projeção dos atributos ímpares da nossa produção, muito estável, muito segura e com perfis de sustentabilidade que também precisam ser reconhecidos.

6. Sustentabilidade e Meio Ambiente:

- Com a promessa de Trump de retirar novamente os EUA do Acordo de Paris, como essa postura pode interferir nos esforços do Brasil para se posicionar como líder no combate às mudanças climáticas na COP30, que será realizada no Brasil? O que pode ser feito para garantir que o Brasil alcance seus objetivos e obtenha resultados efetivos na COP30?

A chegada de Trump ao poder deve fragilizar a governança climática global. Esse espaço multilateral de negociações para definir as prioridades e o regime do clima pode entrar em xeque. Nós não sabemos se o Trump vai outra vez retirar os Estados Unidos do Acordo de Paris. Mas, ainda que não o retire, o peso dessas negociações multilaterais será imensamente fragilizado com uma postura resistente dos Estados Unidos a acordos climáticos globais. Dada a relevância dos Estados Unidos, que é o segundo maior emissor de gases de efeito estufa do planeta, sua eventual ausência na COP 30 será muito significativa.

Eu creio que há uma tendência de o mundo retornar ao período pré-acordo de Paris, em que a agenda climática se fragmentou, em meio aos impasses (provocados, inclusive, pela resistência dos Estados Unidos) e avançou em acordos bilaterais ou em clubes de países que estabeleçam parâmetros, critérios comuns para organizar os seus esforços, mas sem uma capacidade de o planeta avançar nos seus compromissos compartilhados.

Para o Brasil, a grande questão, a meu ver aqui, é exatamente o que nós esperamos da COP 30. Não está claro qual é o projeto do Brasil para a COP 30. Se o projeto brasileiro é um projeto global, de elevar metas, estabelecer restrições, regular atividades econômicas que poluem, discutir financiamentos simbólicos, é claro que sem a participação dos Estados Unidos, dificilmente o mundo conseguirá acordos mais ambiciosos nesse script.





Mas se o projeto brasileiro é de mostrar os limites desse roteiro, revelando como existe um mundo tropical com características diversas que pode, e deve, contribuir com a agenda climática, a partir de investimentos produtivos sustentáveis alternativos, com a produção de alimentos que abasteçam a população em crescimento, ao mesmo tempo reduzindo o impacto ambiental, com novas tecnologias e práticas sustentáveis, com geração de fontes energéticas alternativas, como os biocombustíveis, e que abra espaços para um crescimento verde, incluído, ajustado a essa outra parcela do mundo, aqui me parece que a COP 30 ainda cumpre um papel.

Com ou sem a presença americana na COP30, o país pode mobilizar boa parte dos países em desenvolvimento, que cada vez mais interagem com a agenda ambiental, para que passem a olhar para essa agenda, não como agenda do “não pode”, “é proibido”, “pare que o seu crescimento é uma ameaça ao planeta”, mas como agenda que pode oferecer uma rota alternativa de crescimento com sustentabilidade. E é neste sentido que as experiências tropicais brasileiras da produção de alimento podem servir como referencial, como um novo paradigma para a transição verde. O objetivo agora não seria só reconhecer o custo oculto do mercado e precificá-lo, como dizia William Nordhaus, prêmio Nobel de Economia 2018, mas reconhecer os benefícios ocultos da produção tropical e remunerá-las.

7. Investimentos Estrangeiros:

- A vitória de Trump pode influenciar o fluxo de investimentos estrangeiros no setor agropecuário brasileiro? Alguns, por exemplo, acreditam que política fiscal de Trump pode levar a uma alta das taxas de juros nos EUA, com a migração de investimentos de mercados emergentes para os EUA. Seria esse o maior risco?

Qual é o ambiente em que Trump volta ao poder? O pacote anti-inflacionário do Presidente Biden – uma nova política industrial americana – já destina uma montanha de recursos para inovações nos modelos de produção no campo, incluindo melhoramento de sementes, melhor compreensão do solo, geração de dados e informações para aprimorar a capacidade de mensuração e gestão de risco, investimento e seguros, e de adaptar a agricultura americana para lidar com as ameaças do clima. Esse é o ambiente da política de produção de alimentos nos Estados Unidos antes da chegada de Trump.

Com Trump, o que ele possivelmente fará será reduzir ou eliminar alguns dos condicionantes estabelecidos para acesso a esses recursos que são alinhados a exigências ambientais ou culturais das quais ele discorda. Mas não me parece que vai mudar o compromisso dos Estados Unidos com o fortalecimento competitivo do setor de produção de alimentos, com o investimento em novas tecnologias, com o avanço dos instrumentos da produção de crédito, de seguros que fortaleçam o setor produtivo.

Além disso, há um complexo industrial em torno do alimento que também deve ser fortalecido. Uma parte dessas indústrias são globalizadas. São indústrias do setor de transportes, do setor de tecnologia e do próprio setor de engenharia genética de sementes, de fertilizantes. E os benefícios que as inovações neste campo poderão gerar tendem a se espalhar pelo mundo via mercado e aterrissar em outros campos do mundo, como o Brasil.

- E no caso do investimento direto no agro do Brasil?

Aí eu acho que existem duas variáveis nessa equação. A primeira delas nós discutimos rapidamente. Com a elevação da taxa de juros nos Estados Unidos e a crise internacional, a tendência do fluxo de investimentos é regressar para os Estados Unidos, desvalorizando a moeda brasileira e dificultando o acesso a recursos aqui. Por outro lado, nós também sabemos que, curiosamente, boa parte do mérito do setor produtivo no agro acontece à margem do mercado de capitais.





A participação do agro no mercado de capitais brasileira ainda é relativamente estreita. O que é um dos desafios que nós temos, de ampliar esse acesso para que o setor consiga avançar, investir, produzir, dependendo menos do recurso público. De todo modo, o nosso cenário atual não é um cenário que fragiliza o agro pelo fato de uma mudança nas taxas de juros ou no cenário internacional fazer com que o mercado de capitais brasileiro perca ou possa perder uma pujança ou uma atratividade. Porque nós temos um setor já organizado para investir e para produzir com rotas variadas de captação de recursos e muitas vezes de autofinanciamento da sua própria produção.

8. Sugestões de Estratégias:

- Que estratégias o senhor recomendaria para o Brasil mitigar possíveis impactos negativos e aproveitar oportunidades que possam surgir com a administração Trump?

Nós sabemos que o agro é um setor, por definição, marcado pela volatilidade de clima e de preço. E nós conseguimos, nas últimas décadas, aprimorar nossa capacidade de produção domesticando esses dois tipos, ou essas duas fontes de volatilidade. De um lado, com tecnologia, técnica e muito empreendimento humano. Ao mesmo tempo, com novos mecanismos de mercado, com fontes de investimento público — e cada vez mais privado — com regimes de cooperação e apoio aos produtores. Criamos um combo que tornou o setor relativamente estável para o investimento de médio prazo, para o avanço produtivo, agregação de valor e para o crescimento da nossa produção. Isso caracterizou o sucesso do agro nos últimos 50 anos.

Agora nós estamos assistindo a uma nova onda de riscos, que de certo modo chacoalha essa estrutura estabelecida do passado. Riscos de natureza que estão associados à dinâmica do clima e riscos do preço que estão associados à dinâmica da geopolítica. Agora, assim como nós fizemos no passado, temos de equacionar as bases dessa governança tropical para outra vez impor com inteligência e capacidade os nossos interesses produtivos sobre essas volatilidades do mercado. Em relação ao clima, eu julgo ser prioridade fundamental do Brasil olhar para as ameaças climáticas como um desafio tecnológico que exigirá de nós melhoramento genético de sementes, melhor domínio das dinâmicas vivas do solo, para tornar o setor, na linguagem contemporânea, mais resiliente. Do ponto de vista econômico, nós precisamos fortalecer aqui dentro de casa os nossos regimes de seguro, mas fora de casa a nossa habilidade diplomática, para navegar o Brasil em meio a tensões, nos apresentando como bastião de segurança alimentar.

9. Mensagem aos Agropecuaristas:

- Por fim, qual mensagem síntese o senhor gostaria de deixar para os agropecuaristas brasileiros em face das mudanças políticas e econômicas que podem surgir com o novo mandato de Trump?

Nós precisamos ser realistas. Estamos ingressando em uma era de novas tensões e ameaças que geram incertezas e riscos para todos os países, em particular para países em desenvolvimento. Ao mesmo tempo, não é a primeira nem será a última vez que o produtor e a economia brasileira enfrentarão desafios. O agro brasileiro, aliás, é mestre em se adaptar, aprender e evoluir. A produção de 50 anos atrás era diferente da produção de 30 anos atrás, que era diferente da produção de 10 anos atrás, que será diferente do agro nos próximos 10 anos. Temos uma capacidade ímpar de se reinventar continuamente. Esse me parece ser um dos segredos fundamentais do sucesso do setor e uma das forças exemplares do setor para toda a economia nacional.

*Então, a minha mensagem central é que nós viveremos sim um momento de tensões, de turbulências, mas ao mesmo tempo eu acredito que será uma oportunidade de o setor, mais uma vez, mostrar a sua capacidade ímpar de se impor com virtude sobre os desafios da sorte. Aliás, Maquiavel entendia que a **virtú** é justamente essa habilidade de lidar com o imprevisto, que ele chamava de fortuna. O exemplo típico que expressa a ideia dele era a posição de um agricultor diante de uma tormenta.*





Nós não sabemos quando a tormenta virá e que vai trazer águas que podem danificar as nossas plantações, mas nós sabemos que se nós construirmos um dique, nós conseguimos domesticar os impactos da elevação das águas, protegendo os nossos bens e projetando assim as nossas capacidades sobre o futuro.

Autores:

Sergio Raposo de Medeiros - Embrapa Pecuária Sudeste
Gelson Luís Dias Feijó - Embrapa Gado de Corte
Guilherme Cunha Malafaia - Embrapa Gado de Corte
Paulo Henrique Nogueira Biscola - Embrapa Gado de Corte
Urbano Gomes Pinto de Abreu - Embrapa Pantanal
Vinícius do Nascimento Lampert - Embrapa Pecuária Sul

Contribuições e sugestões podem ser enviadas para: cnpgc.cicarne@embrapa.br.

Para mais informações sobre a cadeia produtiva da carne bovina acesse cicarne.com.br.

Este Boletim é uma iniciativa do Centro de Inteligência da Carne Bovina (CiCarne) - Embrapa Gado de Corte e por meio dele disponibilizamos dados e informações relevantes para a cadeia produtiva da carne bovina brasileira. A abordagem é sobre diversos pontos relacionados aos elos da cadeia produtiva da carne bovina. Para reprodução, cite a fonte. Obrigado.

EMBRAPA

Empresa pública brasileira que busca viabilizar soluções de pesquisa, desenvolvimento e inovação para a sustentabilidade da agricultura, em benefício da sociedade brasileira.

Centro de Inteligência da Carne Bovina

O CiCarne trabalha com dois objetivos primordiais.

1. Promover a antenagem, captura e análise de sinais e tendências de desdobramentos tecnológicos e do mercado de inovações relevantes à tomada de decisão dos *stakeholders* envolvidos na cadeia produtiva da carne bovina brasileira.
2. Produzir, sistematizar e dispor informações e dados de maneira organizada para a melhor coordenação da cadeia produtiva da carne bovina brasileira, promovendo ganhos competitivos para seus *stakeholders*.

